

## LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO - LAI Nº040/06 - CODAM

A Fundação do Meio Ambiente – FATMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 2º do artigo 3º da Lei Estadual N.º 5.793 de 15 de outubro de 1980, regulamentada pelo Decreto 14.250, de 05 de junho de 1981, concede a presente *Licença Ambiental de Instalação* a

Nome: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ**

Endereço: **Rua Alberto Werner, N.º 100 – Vila Operária**

Município: **Itajaí / SC**

CNPJ / CPF: **83.102.277/0001-52**

### Para Atividade de

Sistema Viário (Via Expressa Portuária).  
(Item: 33.12.00)

### Localizada em

Acesso à BR 101 à Rua Curt Hering.  
Município de Itajaí / SC

### Com as Seguintes Restrições

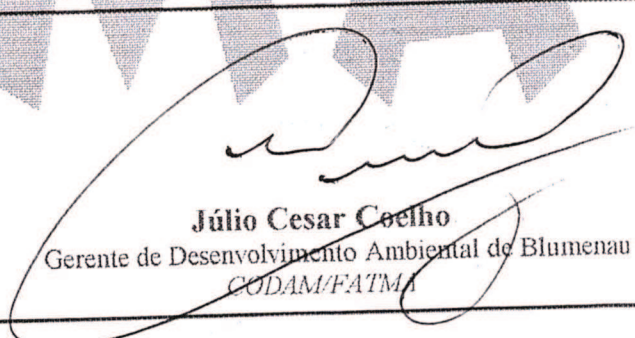
“AS CONTIDAS NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL EM VIGOR”.  
“ESTA LICENÇA NÃO AUTORIZA O CORTE OU SUPRESSÃO DE ÁRVORES, FLORESTAS OU QUALQUER FORMA DE VEGETAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA”.

Esta LAI é válida pelo período de **24(vinte e quatro) meses** a contar da presente data, conforme Processo de Licenciamento **FATMA Nº DIV 592/CVI**, observadas as condições deste documento, (verso e anverso), bem como de seus anexos que, embora não transcritos, são parte integrante do mesmo.

Local e Data:

05 JUN. 2006

Blumenau,

  
**Júlio Cesar Coelho**  
Gerente de Desenvolvimento Ambiental de Blumenau –  
CODAM/FATMA



## Documentos Anexos

### - Termo de Compromisso assinado entre FATMA e Prefeitura Municipal de Itajaí.

#### Condições de Validade desta Licença Ambiental de Instalação - LAI

1. Execução dos serviços de abertura do sistema viário destinados aos serviços públicos de transporte, referente a 1ª etapa do trecho de acesso da BR-101 até a Rua Curt Hering, onde a obra contempla a extensão de 3.900 metros, com um elevado de 400 metros, sobre a Avenida Reinhold Schmitthausen e o Rio Itajaí-Mirim.
2. Quaisquer alterações das informações ora apresentadas, complementações nas especificações dos elementos a serem apresentados no PCA, deverá ser precedido de anuência da FATMA, com prévia antecedência a sua implantação.
3. A FATMA mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
  - Violação, inadequação ou não cumprimento de quaisquer condicionantes, exigências ou normas legais;
  - Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente Licença;
  - Superveniência de riscos ambientais ou de saúde pública.
4. **Controles Ambientais:**
  - 4.1 - Controle de erosão nas plataformas, nos taludes de corte e de aterro, nas caixas de empréstimo e nos bota-foras, que deverão contemplar:
    - Banquetamento e suavização dos mesmos;
    - Implantação de canaletas de proteção nos pés dos taludes e dos cortes de aterro;
    - Bacias de amortecimento (dispositivos de contenção das águas lançadas pelos bocas de lobo, diminuindo sua ação erosiva);
    - Revegetação de todas superfícies suscetíveis de processos erosivos;
    - Implantação de dispositivos de captação, drenagem e condução dos fluxos aquosos superficiais para as micro-bacias de captação;
    - Os bota-foras deverão estar posicionados distantes de cursos de água, de acordo com a legislação vigente, evitando locais com declividade acentuada e com cobertura vegetal;
    - Inserção adequada da INTERSICÇÃO na paisagem circundante, restabelecendo o equilíbrio ambiental.
  - 4.2 - **Da Preservação:** Quaisquer áreas definidas por lei como de preservação existentes na área do traçado da obra deverão ser preservadas;
  - 4.3 - **Da Drenagem:** A declividade da área afetada deverá propiciar o não material particulado para fora da área objeto da atividade através do escoamento superficial pluviométrico, bem como a inserção de procedimentos técnicos para retenção do particulado;
  - 4.4 - **Do Controle do Modelado:** A terraplanagem deverá ser desenvolvida visando sua adequação ao modelado atual do Terreno com aos taludes e bermas geotecnicamente estáveis;
  - 4.5 - **Da Recuperação:** Deverá ser sequencial e incluir aos acessos, taludes quaisquer outras áreas afetadas pela atividade, com reposição de vegetação, preferencialmente com espécies nativas.
5. **Condicionantes Específicas (antes do início das obras):**
  - 5.1. O processo indenizatório é de competência e responsabilidade da Prefeitura Municipal de Itajaí.
  - 5.2. A Autorização de Corte de Vegetação e o destino será efetuado pela FATMA.
  - 5.3. Apresentar após o processo licitatório:
    - 5.3.1 - A ART do responsável técnico pela execução e acompanhamento das obras;
    - 5.3.2 - Localização e projetos do canteiro de obras, previamente aprovado pela fiscalização Municipal e atender as normas de higiene e segurança do trabalho;
    - 5.3.3 - A empresa contratada deverá dotar seus funcionários de EPIs, dispositivos de segurança, sinalização diurna e noturna nos níveis exigidos pela Legislação pertinente;
    - 5.3.4 - Apresentar e manter um PCA (Programa de Gestão Ambiental), em todo período desde o início, da execução e conclusão da obra, que deverá tomar como diretriz os Estudos, Planos e Programas de Supervisão Ambiental apresentados, pela Prefeitura Municipal de Itajaí.
    - 5.3.5 - Apresentar relatórios trimestrais relativos ao desenvolvimento das obras, incluindo registros fotográficos, constantes no item 1.5.3.4, acima mencionado.
  - 6 - É de inteira responsabilidade do Poder Público Municipal, a apresentação do PCA, o acompanhamento, a execução e a fiscalização dos serviços e das informações objeto deste Licenciamento Ambiental de Instalação - LAI.
  - 7 - O requerente deverá solicitar a Licença Ambiental de Operação - LAO, antes de findar o prazo de validade desta Licença Ambiental.
  8. Observar as Condições Gerais abaixo relacionadas.

**OBS.: A cópia da referida Licença Ambiental, deverá ser exposta em local visível do estabelecimento.**

#### Condições Gerais

- I - A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes do Memorial do Manual de Licenciamento Ambiental, apresentado pelo interessado, e não dispensa e nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.
- II - Deverá ser requerida a Licença Ambiental de Operação, antes do início previsto para o funcionamento, que não será concedida caso não tenham sido atendidas as restrições e as condições de validade constantes desta Licença.
- III - Caso venham a ser constatadas outras fontes de degradação ambiental, por ocasião da vistoria para fins de concessão da Licença Ambiental de Operação, as mesmas deverão ser controladas de acordo com o disposto no Decreto N.º 14.250, de 07/06/81 e demais normas técnicas operacionais dele decorrentes, sob pena da não-concessão da Licença Ambiental de Operação.
- IV - A atividade não poderá iniciar o funcionamento sem Licença Ambiental de Operação, sob pena de multa e interdição ou embargo.